



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
EDUCAÇÃO DO CAMPO (PARFOR)

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará foi criada mediante a Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, a qual foi sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Na época reuniu as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Depois de 18 meses de sua criação, a Universidade Federal do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. No entanto, sua instalação foi um ato meramente simbólico, visto que o Decreto nº 42.427 já aprovara.

No dia 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977, visando atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978. Assim sendo, no exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após aprovação da Resolução nº 549, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data. Caracteriza-se como Universidade multicampi, regulamentada por meio da Resolução nº 3.211, de 03/11/2004 - CONSEPE, que reconhece formal e legalmente uma dinâmica acadêmica caracterizada por sua presença permanente e crescente em vários municípios e regiões do interior do Estado.

A UFPA é a maior instituição do Norte do país e, de acordo com dados relativos a 2015, abriga uma comunidade universitária composta de 61.938 pessoas com a seguinte

distribuição: 2.693 professores, incluindo docentes efetivos, temporários, visitantes, e docentes efetivos da educação básica e profissional; 2.375 técnico-administrativos; 9.572 alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação, sendo 1.929 em curso de Doutorado e 4.095 em curso de Mestrado; 40.275 alunos matriculados nos cursos de Graduação, estando 21.325 na capital do estado e 18.950 distribuídos nos campi dos outros municípios do estado; 1.372 alunos matriculados na educação básica e 5.651 alunos matriculados na educação profissional e tecnológica e cursos Livres oferecidos pelo Instituto de Letras e Comunicação Social (ILC), Instituto de Ciência da Arte (ICA), e Casa de Estudos Germânicos.

A Universidade possui 11 campi no Pará, distribuídos nos seguintes municípios: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí. Sendo assim, a UFPA oferece 535 cursos de graduação, 68 cursos de Mestrado, 37 cursos de Doutorado além de 45 cursos de especialização.

1.2 Missão, Visão, Princípios Norteadores da UFPA

Por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 a 2025 (PDI), a Universidade Federal do Pará definiu a sua missão institucional gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, em particular dos amazônidas, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com responsabilidade ética, respeito a diversidades biológica, étnica e cultural, cujo intuito é garantir a democratização do acesso ao saber produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanística, crítica, reflexiva, plural e investigativa, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo. Missão: "Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção".

No mesmo documento, a visão institucional foi definida: "Ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural." Tendo como princípios norteadores, ações assentadas: na universalização do conhecimento; no respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; no pluralismo de ideias e de pensamento; no ensino público e gratuito; na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; na flexibilidade curricular e de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; na defesa dos direitos humanos; e na preservação do meio ambiente.

1.3.Contextualização da área de conhecimento do curso

Considerando a origem, os avanços sociais e tecnológicos e os impactos na atualidade, além da importância ao ensino, à pesquisa e à extensão, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo busca contextualizar conhecimentos a serem desenvolvidos que caminhem em direção do mundo do trabalho na perspectiva de lidar tanto com conhecimentos práticos quanto para compreender a conjuntura política, cultural, social e econômica que envolvem as comunidades do campo, e, dessa forma, atender às exigências das Diretrizes Curriculares da escola do Campo, desenvolvendo suas atividades centradas na formação integral do ser humano, na qualificação profissional e na organização comunitária, valorizando os laços familiares, herança cultural e o resgate da cidadania.

Diante disso, Sousa e Reis apud Santos (2014) asseveram que "A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, sendo inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de Ensino". Neste cenário de exclusão, "a educação para os povos do campo vem sendo trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos essencialmente marcados por conotações urbanas e, geralmente, deslocado das necessidades da realidade local e regional (SOUZA & REIS apud SANTOS 2014, p. 03)."

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Assimetrias regionais no Brasil, tecidas ao longo de processos históricos de desenvolvimento econômico e social desiguais, impõem níveis muito diferenciados de desenvolvimento humano no país. Em que pese a riqueza natural e cultural da região, os indicadores sociais na Amazônia revelam sérias distorções entre os patamares econômicos e sociais. Dados recentes do índice de Desenvolvimento Humano - IDH (PNUD) retratam essas disparidades regionais. Os dez estados com maior nível de IDH continuam concentrados nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país.

As estatísticas educacionais retratam essas desigualdades. Segundo o Censo Escolar 2020 (INEP, 2020), é nas regiões Norte e Nordeste que se situam as menores taxas de universalização da educação básica, os mais baixos índices de desempenho escolar, os mais elevados índices de não qualificação dos docentes, entre outros indicadores negativos. No que diz respeito à oferta de educação para as populações do campo, dados do INEP (2020)

indicam que no Estado do Pará 68,01% das matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental concentram-se na área urbana e apenas 31,9% na área rural. É também na área rural, que são mais limitadas às oportunidades de escolarização no Ensino Médio: apenas 11,6% das matrículas desse nível de ensino encontram-se nesses territórios, enquanto 88,4% concentram-se na área urbana; submetendo jovens e adultos a processos de exclusão socioeducacionais inadmissíveis, índices esses mantidos praticamente estáveis entre o período de 2000 a 2020.

Ao lado dessa distribuição extremamente desigual das oportunidades de acesso à escola, a formação docente (tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo) aparece nesse cenário como uma das maiores fragilidades. O índice de professoras sem a devida qualificação para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, sobretudo em áreas isoladas, é elevado e carece de investimentos na formação de educadores/as em nível superior.

No caso presente, temos que a realidade das escolas do campo reflete o importante momento histórico em que as populações do meio rural, os povos indígenas, os quilombolas e outros membros de comunidades tradicionais vêm demarcando suas especificidades e conquistando importantes espaços políticos no interior dos quais se delineiam avanços consideráveis em termos de reconhecimento e garantia de direitos. Nesse cenário, não há como negar a importância política estratégica da educação diferenciada que, impulsionada pelos movimentos sociais camponeses, contribui de maneira significativa para fortalecer a luta pela transformação das perversas condições de vida que ainda marcam o universo rural brasileiro, consolidando a democracia e inscrevendo o país na luta internacional pelo respeito à diversidade e pela superação da miséria.

Essa luta tem sido histórica, pois até meados da década de 1990, o que havia em termos de educação para as populações do campo era a educação rural, pensada, sobretudo como um meio de compensar o meio rural de sua suposta inferioridade relativamente ao meio urbano; assim, os conteúdos, as metodologias e as práticas eram pura e simplesmente transplantados da escola urbana e "adaptados" à escola rural, pois se acreditava que os alunos do campo precisavam "estudar para ser gente, para sair da roça", porque a vida na roça era vista como uma condenação, um castigo para os preguiçosos que não gostavam de estudar, que não se esforçavam para aprender. O campo, nessa lógica, era concebido como o lugar do atraso.

No entanto, esse cenário começou a sofrer modificações, especialmente pela pressão política dos próprios camponeses que se organizaram em movimentos sociais e se afirmaram como sujeitos de direitos, exigindo respeito aos modos de vida das populações do campo, ao seu jeito de ser e de viver. E na pauta de suas reivindicações, a educação passou a ocupar um

lugar prioritário, aliado a luta pela terra, pelo território. Mas, não queriam qualquer educação e passaram a dizer que educação queriam para si e para seus filhos; suas vozes se fizeram ouvir e seus anseios se fizeram Lei: a educação do campo ganhou marcos legais que asseguram formalmente o direito a uma educação diferenciada que respeite as especificidades, as particularidades dos sujeitos implicados e dos lugares onde vivem, numa luta permanente pela superação ao modelo de educação rural.

Um dos maiores entraves a serem superados para a implementação de uma educação diferenciada de qualidade está relacionado à matriz de formação docente ainda hegemônica nos cursos de formação de professores: urbanocêntrica, universalizante e, por isso mesmo, distante do universo referencial dos sujeitos do campo. Daí a necessidade de se pensar e implementar experiências inovadoras de formação, conectadas à realidade do campo e, sobretudo, comprometidas com a construção de uma escola que reconheça e valorize os coletivos que aí vivem como sujeitos de direitos e, nessa condição, capazes de construir um futuro digno. Somente dessa forma poderão alcançar a merecida vida a que todos temos direito, no campo e na cidade; a vida que deve ser a marca mais evidente de uma sociedade moderna, plural e democrática, onde as diferenças não sejam sinônimo de desigualdades.

Considerando o contexto e demandas socioprodutivas e educacionais que atribuem legitimidade às propostas de educação diferenciada em suas várias formas, bem como, considerando o amparo legal para a educação básica e para cursos de educação superior, o presente Projeto Pedagógico se configura como uma proposta viável de formação de professores na perspectiva apontada nas Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, por meio do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e, conforme o paradigma defendido por Caldart (1998) e Fernande e Arroyo (1999) que defendem uma formação de professor diferenciada.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo foi originado de uma proposição de licenciatura específica para a Educação do Campo respaldada na Resolução n. 03/97, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e recomenda que os sistemas de ensino implementem programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, inclusive a formação em nível superior, bem como no PNE, que destaca a formação inicial e continuada dos professores e demais servidores da educação como condição para elevação da qualidade do ensino.

A criação de um curso de Licenciatura em Educação do Campo faz parte de uma ação mais ampla do Ministério da Educação - MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política vem sendo formulada pela Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão- SECADI, através da Coordenação Geral de Educação do Campo - CGED e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo - GPT. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), no seu Art. 28, afirma que, na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região (especialmente nos incisos seguintes: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural).

Em dezembro de 2005, foi elaborada uma proposta preliminar para o Plano Nacional dos Profissionais da Educação do Campo. Esse Plano apresenta diferentes ações dirigidas à universalização e expansão no atendimento escolar no campo. Em 2006, a então SECAD e a SESU do Ministério da Educação divulgaram a decisão de implementar projetos-piloto de Licenciatura em Educação do Campo em universidades públicas, mediante apresentação de propostas a serem analisadas pelas referidas Secretarias. Em 2007/2008 foram implementadas as primeiras experiências de formação de professores em nível superior para as escolas do campo.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal do Pará, surge inicialmente, no então Campus de Marabá, no ano de 2009. Tendo como objetivo "preparar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos na escola e no seu entorno". O perfil a ser formado seria um profissional capaz de: (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir de uma das áreas de conhecimento propostas, no edital de processo seletivo da instituição, a saber: Ciências da Natureza; Ciências Sociais e Humanas; Linguagens e Códigos; ou Matemática (ii) participar da gestão de processos educativos escolares; (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, associações e cooperativas rurais, movimentos sociais, para além da prática escolar.

Após o Campus de Marabá o outro Campus a ofertar o curso foi o de Abaetetuba, no ano de 2011, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), tendo sido ofertadas 60 vagas distribuídas equitativamente entre os municípios de abrangência dessa municipalidade (Acará, Barcarena Igarapé Miri e Moju). A adesão ao programa objetivou contribuir na superação dos déficits educacionais na formação de professores enfrentado pela região do Baixo Tocantins.

No ano de 2012, o curso é implantado de forma definitiva nesse Campus e nos campi de Altamira e Cametá, atendendo à Chamada Pública Nº 02 - Edital SESU/SECADI/SETEC 02/2012, com oferta de 360 vagas anuais (120 para cada Campus) e contratação de 45 novos

docentes efetivos e 9 técnicos administrativos (3 de nível superior e 6 de nível médio) distribuídos igualmente entre os campi. Assim, surgem três novas Faculdades na UFPA, a saber: a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM), no Campus de Abaetetuba; a Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO) no Campus de Cametá; e a Faculdade de Etnodiversidade (FacEtno) do Campus de Altamira, a partir da junção do curso de Etnodesenvolvimento e que atende a região do Xingu, formadas pelos seguintes municípios: Pacajá, Anapu, Senador José Porfírio, Gurupá, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas, constitui-se por uma diversidade de modos de vida camponês e indígenas.

A partir dessas três Faculdades, o direcionamento da oferta do curso tem sido para a um público específico: moradores e/ou educadores do Campo, com o propósito de ampliar as possibilidades dos moradores e educadores do campo de acessarem o ensino superior. A formação tem ocorrido centrada na concepção de áreas de conhecimentos suplantando a lógica disciplinar, respeitada as especificidades de conhecimentos, com integração de saberes, visando encontrar formas outras de sua produção, de práticas na perspectiva da interdisciplinaridade, visto que é imprescindível estabelecer relação entre os saberes científicos e os saberes populares no âmbito da cultura vivida. Assim, esses três campi têm garantido nos últimos dez anos a oferta do curso na Região Tocantina (por Abaetetuba e Cametá) e no Xingu (pelo Campus de Altamira), nas ênfases em Ciências Agrárias, Ciências da Natureza, Ciências Sociais e Humanas e Linguagens e Códigos com, aproximadamente, 1.000 formandos distribuídos em diversas comunidades tradicionais da Amazônia Paraense.

Nesse sentido, a partir da experiência acumulada pelo coletivo de professores dos três campi supracitados (além de muitos outros que contribuem de forma permanente nesse processo), aliado com a relação dialógica com os movimentos sociais, os fóruns regionais e estadual da Educação do Campo, propomos essa oferta para outros territórios, em atendimento a chamada pública da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do Edital nº 23/2023, como forma de ampliar o acesso às políticas públicas a regiões do Estado do Pará, que ainda possui elevada demanda por oferta do curso dessa natureza, considerando os baixos indicadores educacionais, sociais e econômicos.

O diferencial da proposta ora apresentada abrange um trabalho conjunto de docentes das Faculdades de três Campi da Universidade Federal do Pará (Abaetetuba, Altamira e Cametá) e de outras unidades acadêmicas, que de forma coletiva e participativa elaboraram esta proposta, pautada na educação diferenciada, alicerçada nos princípios da Pedagogia da Alternância, em consonância à Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na

Educação Superior.

Dentre essas regiões temos a região do Marajó, composto por 17 municípios, a saber: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curalinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure, uma das regiões mais pobres do Estado do Pará: "Os baixos índices de desenvolvimento humano na região (IDH) apontam historicamente uma região tida como um abandono de políticas públicas voltadas para crianças e Adolescentes. Esse processo ao longo da história vem gerando pobreza e a exclusão as margens do Arquipélago Marajoara. Dos 16 Municípios que integram a região, 08 estão entre os 50 de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, sendo que o de pior índice se encontra no Marajó (BRASIL, 2020, p. 12), no entanto, cheio de saberes outros que podem somar nesse processo formativo.

É sabido que uma das frentes para superar essas lacunas encontra-se no investimento massivo em educação. Nesse território, quando olhamos para os dados relacionados à saúde, educação, segurança, economia, meio ambiente e outros, chama-nos atenção os desafios que permeiam a busca para a sua melhoria. Na educação, por exemplo, os dados do INEP apontam que 88,6% das unidades escolares estão situadas no meio rural, sendo responsável por mais de 100.000 matrículas. No entanto, quando olhamos para os dados referente a formação dos professores que atuam nessas escolas, observamos que apenas 28,5% deles possuem Adequação a Formação Docente (ADF) conforme prescreve a legislação vigente. O percentual de docentes com ADF em disciplinas nos anos finais do Ensino Fundamental como Língua Portuguesa (40,7%), Matemática (40,3%) Ciências (32,6%), História (35,9%) e Geografia (32,4%) mostram a necessidade de investir na formação desses profissionais, considerando que essa é uma das metas do Plano Nacional de Educação - PNE.

No entanto, é importante que se ofereça a esses profissionais uma formação condizente com o contexto em que estão inseridos, possibilitando desenvolver uma prática docente condizente com as formas de vida onde a escola do campo está inserida, independentemente da área de formação do professor. Nesse sentido, a Educação do Campo se insere como possibilidade de formação dialógica com essas formas de vida, tendo sua concepção pautada na relação dialógica entre os saberes produzidos cientificamente como também os produzidos nesses territórios rurais. Assim, inicialmente o curso será ofertado no território do Marajó. No entanto, considerando a disponibilidade de recurso financeiro por parte da CAPES foram autorizadas 90 (noventa vagas) e as primeiras turmas serão ofertadas em: 1) Bagre (ênfase em Ciências da Natureza, com 30 vagas); 2) São Sebastião da Boa Vista (ênfase em Matemática, com 30 vagas) e 3) Soure (ênfase em Linguagens e Códigos, com 30

vagas). A justificativa por essa escolha se deu a partir da construção dialógica com os movimentos sociais locais e as secretarias municipais de educação que apontaram para a necessidade de formação do seu quadro para a atuação nos territórios rurais. Salientamos que, conforme a disponibilidade financeira por parte da CAPES e o interesse das prefeituras, visamos atender todos os municípios do arquipélago, com a intenção de ofertar todas as ênfases em cada um deles, consolidando sua instalação no Campus do Marajó-Breves. Vale ressaltar que professores desse campi possuem acúmulo teórico/metodológico/prático na área de Educação do Campo e tem contribuído na construção desse projeto e devem compor o quadro docente para sua execução.

Reiteramos que esta proposta pode se estender para outros territórios do Estado (a partir do campo de abrangência da UFPA, de modo preferencial naqueles que não há curso de Educação do Campo, e de outras regiões conforme a demanda) pois, como já sinalizamos, os dados apontam para um elevado número de professores que necessitam não apenas de uma formação em nível superior (licenciatura), como também uma formação específica e diferenciada para atuar junto a esses território. Assim, caso a CAPES aloque recursos financeiros para essa ampliação, este PPC consegue atender as demandas apresentadas pelas prefeituras e movimentos sociais do Estado.

Consideramos que a Educação do Campo não constitui uma área de conhecimento autônoma, pois os conhecimentos que produz advém das confluências de outras áreas como a filosofia, sociologia, história, biologia, química, física, ciências agrárias, letras, pedagogia e outras. Apesar disso, tem profícua produção intelectual na análise do fenômeno em que se debruça: uma educação adequada e emancipadora para as comunidades que vivem e trabalham no campo. Nesse sentido, as pesquisas e as propostas têm sido profícuas, como alternativa para uma educação significativa para o homem que vive e produz no campo, na busca da desconstrução de velhos, mas permanentes paradigmas nos quais se vê o campo como um apêndice das zonas urbanas, um lugar que serve apenas para produzir e fornecer bens primários para as cidades, assim como, uma zona econômica, social e culturalmente atrasada.

GESTÃO DO CURSO

A. DIREÇÃO DA FACULDADE

A Direção da Faculdade de Etnodiversidade está sob responsabilidade do Prof. Dr. Sullivan Ferreira de Souza (Portaria nº 2143/2023 - Reitoria)

B. VICE DIREÇÃO DA FACULDADE

Prof. Dr. Márcio Rogério da Silva (Portaria nº 2143/2023 - Reitoria)

C. COORDENAÇÃO DO CURSO

prof^a. Dr^a. Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo

D. COLEGIADO DO CURSO

Todos os docentes vinculados ao curso: Ana Paula dos Santos Souza; Deusa Maria de Sousa; Cláudia Cristiana Cassol; Edfranklin Moreira da Silva; Felipe Bittioli Rodrigues Gomes; Hellen do Socorro de Araújo Silva; Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo; Jacqueline Cunha da Serra Freire; José Francisco da Silva Costa; Lincoln Silva Carneiro; Marcio Rogerio da Silva; Marcos Marques Formigosa; Maria do Socorro Dias Pinheiro; Oscar Ferreira Barros; Raquel da Silva Lopes; Ricardo Eduardo de Freitas Maia; Roberta Rowsy Amorim de Castro; Ronaldo Henrique Santana; Ronaldo Lopes de Sousa; Sullivan Ferreira de Souza; Waldma Maira Menezes de Oliveira

E. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE do curso será aprovado posteriormente, respiciando a legislação vigente.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Educação do Campo (PARFOR)

Local de Oferta: Rua Cel José Porfírio,

Endereço de Oferta:

Bairro: São Sebastião

CEP: 68373480

Número: 2515

Complemento:

Cidade: Altamira

Forma de Ingresso: Plataforma Freire / MEC

Número de Vagas Anuais: 90

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciado em Educação do Campo

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3400 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 4080 hora(s)

Período Letivo: Intensivo

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

Ato de Criação: Resolução CONSEPE 4.441-A/201

Ato de Reconhecimento: PORTARIA MEC/SESU N° 340 DE 18 de maio de 2018

Ato de Renovação: Em Avaliação

Avaliação Externa: Em avaliação

Reoferta: Esse PPC foi elaborado para atendimento a chamada Pública da CAPES, por meio do Edital 23/2023. No entanto, o aluno que, por ventura, venha a ficar com pendência em algum componente curricular poderá cursar em outra turma imediatamente sucessora a sua (ofertada pelo próprio PARFOR) ou nos cursos de Educação do Campo já existentes e ofertados pelas três Faculdades (respeitando as equivalências de conteúdos e carga horárias). Além disso, há possibilidades de realizar tutorias, respeitando as recomendações do Regimento de Graduação da UFPA.

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

O Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, inovam em diferentes artigos a cerca da organização da escola, da construção do conhecimento, dos saberes e com a prática pedagógica, salvaguardando para as populações do campo uma educação emancipatória, associada às soluções exigidas à qualidade social dos povos do campo para um novo desenvolvimento. O Projeto pauta-se também na Resolução nº 2, DE 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Nos artigos 12º e 13º a formação dos profissionais da educação do campo de acordo com o artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases - LDBEN N° 9.394/96, prevê a formação inicial e continuada em todos os níveis e

modalidades com aperfeiçoamento permanente dos docentes, indicando aos centros formativos os seguintes componentes para formação:

- O respeito à diversidade cultural e aos processos de interação e transformação existentes no campo brasileiro;
- O efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social de vida individual e coletiva;
- O acesso ao conhecimento científico e tecnológico, tendo por referência os princípios éticos e a democracia. Isso supõe, entre outras coisas, superar a cultura da reprovação, da retenção e da seletividade, centrar a atenção nos níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, moral, ético, cultural, profissional.

A formação e titulação ofertadas objetivam criar condições para atendimento das especificidades dos diferentes contextos de educação escolar do campo buscando viabilizar as diferentes configurações institucionais que existem e que podem vir a existir. A dispersão espacial das moradias dos alunos e a centralidade das relações com as comunidades de pertencimento geram, por vezes, exigências na organização da escola que estão muito distantes da organização "padrão" que caracteriza as escolas urbanas.

É comum a exigência de um professor multidisciplinar, cuja formação o prepare para desenvolver suas atividades em diferentes espaços observando a diversidade regional do campo na Amazônia Paraense e a realidade educacional dos anos finais do Ensino Fundamental e médio cujo conhecimento lhe permita realizar um trabalho articulado a dimensão multidisciplinar, independente do fato que sua atuação seja ou não concentrado em alguma dessas áreas. Nesse sentido, a formação não se fecha em torno de uma única proposta de atuação docente, uma vez que essa atuação deverá necessariamente se adequar aos contextos de origem dos alunos-professores. Tal orientação é consoante com a análise da Resolução 02/2015 que institui as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Inicial em nível superior dos cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada", quando afirma a necessidade de: Uma revisão profunda de aspectos essenciais da formação de professores, tais como: a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades de atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação e os sistemas de ensino, de modo a assegurar-lhes a indispensável preparação profissional. E ainda: "Quando define as incumbências dos professores, a LDBEN em vigor, não se refere a nenhuma etapa específica da escolaridade básica. Traça um perfil profissional que independe do tipo de docência: multidisciplinar ou especializada,

por área de conhecimento ou disciplina, para crianças, jovens e adultos. (...) É importante observar que a lei prevê que as características gerais da formação do professor devem ser adaptadas ou adequadas aos diferentes níveis e modalidades do ensino, assim como a cada faixa etária. É preciso destacar a clareza perseguida pela lei ao constituir a educação básica como referência principal para a formação dos profissionais da educação".

Destaca-se que esta proposta pauta-se na ideia de que todas as ações humanas relacionam-se com um trabalho intelectual: exige do sujeito a atividade do pensar e sentir. Relação Escola/Comunidade: Escola e comunidade são tempos/espços para construção e avaliação de saberes. Neste sentido, busca superar a perspectiva de que a escola é lugar da teoria e a comunidade é lugar da aplicação/transformação. A escola como mediação para aprender a formular formas de pensar/sentir/agir relacionadas a um determinado modelo dialético (científico-popular). Não para substituir formas anteriores, mas para transformá-las. Uma vez que, compreende-se a necessidade de valorização do saber prévio, sem o qual não existe possibilidade de reconstrução de conhecimentos/saberes/práticas. Desta forma, valemo-nos de Paulo Freire que sinaliza para importância em compreender a educação como processo de conscientização, e em que, aprender só faz sentido quando nos envolvemos no compromisso de transformar a realidade, ou seja, o educador e o educando aprendem e ensinam ao mesmo tempo.

OBJETIVOS DO CURSO

OBJETIVO GERAL:

Formar educadores da Educação Básica com atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, das redes de formação por alternância, e o público de demanda social (cota), para desenvolver ações teórico-metodológico com o ensino de conteúdos do domínio pedagógico e da área em que fez o ingresso por Processo Seletivo no curso: Ciências da Natureza; ou Ciências Sociais e Humanas; ou Linguagens e Códigos; ou Matemática. Com a finalidade de atuarem no âmbito da educação básica mais especificamente nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, e ainda na organização do trabalho pedagógico e como agente de desenvolvimento em escolas do campo, atendendo à diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizar a educação como direito humano e como ferramenta de desenvolvimento social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Oportunizar aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, experiências diversificadas no campo da prática docente nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação de jovens e adultos, acrescidas de atividades que valorizam a educação do campo;
- 2- Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a rapidez e qualidade exigida pela dinâmica social e pela superação da histórica desigualdade de oportunidades de escolarização vivenciadas pelas populações do campo;
- 3- Habilitar profissionais para a docência na educação Básica, por Áreas do Conhecimento conforme ingresso no curso;
- 4- Desenvolver estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas de conhecimento nas escolas do campo;
- 5- Construir coletivamente, e com os próprios estudantes, um projeto de formação de educadores que sirva como referência prática para políticas e pedagogias de Educação do Campo.
- 6- Implementar itinerários formativos e práticas pedagógicas ancoradas nas necessidades e anseios das comunidades do campo;
- 7- Articular a teoria e a prática no processo de formação em nível do tempo-escola e do tempo comunidade;
- 8- Estudar, produzir e socializar conhecimentos científicos, didáticos, metodológicos e de organização social e política referentes aos processos educativos que acontecem na escola e na produção dos movimentos sociais do campo, tendo por princípios norteadores a dimensão histórica, técnica, política e cultural do fazer pedagógico;
- 9- Favorecer aos futuros educadores, o exercício do processo de ação-reflexão-ação na prática docente, fortalecendo a sua formação numa perspectiva prático-reflexiva, através de estágios, monitorias, e outras atividades pedagógicas, onde possam exercitar a prática docente, numa perspectiva de articulação entre teoria e prática;
- 10- Favorecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desde o início do curso, através da instrumentalização dos futuros educadores para a investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo soluções inovadoras para os problemas verificados na prática educativa, através de projetos pedagógicos de apoio;
- 11- Estabelecer mecanismos de integração entre os acadêmicos da Licenciatura e Instituições de Ensino Estadual e Municipal, Sindicatos do Trabalhador Rural, ONGs, Movimentos Sociais e Sistema de Arranjos Produtivos Locais;

- 12- Criar possibilidades do sujeito da aprendizagem incorporar-se a comunidade, estimular a sua conscientização política e se valorizar como ser humano;
- 13- Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relativas às atividades técnicas do trabalho e de produção regional;
- 14- Promover uma melhor articulação entre as etapas curriculares que compõem a matriz curricular do curso de Licenciatura em Matemática e Educação do Campo na perspectiva de uma ação interdisciplinar como superação do conhecimento fragmentado;
- 15- Conscientizar o futuro professor que o trabalho interdisciplinar produz conhecimento útil, portanto interligando teoria e prática, estabelecendo relação entre o conteúdo do ensino e realidade social escolar.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo deverá oportunizar aos egressos um perfil para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos na perspectiva interdisciplinar, com uma sólida formação humanística, teórico-prática na ênfase em que fez o ingresso no curso: Ciências da Natureza (com a disciplina de Ciências nos Anos Finais do Ensino Fundamental e as disciplinas de Biologia, Física e Química no Ensino Médio); Ciências Sociais e Humanas (com as disciplinas de Estudos Amazônicos, História e Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental e as disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia no Ensino Médio); Linguagens e Códigos (Com as disciplinas de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas e redação - tanto no ensino Fundamental como no Ensino Médio); e Matemática (com a disciplina de Matemática Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio) e que lhes possibilitem associar os conteúdos curriculares e os saberes da experiência à necessidade e realidade do campo. Para isso, deverão ser capazes de analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias; bem como, interpretar, em sua prática profissional, a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local, utilizando, no trabalho docente, formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados, com compreensão das transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias.

Cabe ainda ao egresso a desenvoltura para articular, na atuação docente, os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos

discentes das unidades educativas, propondo formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais, concebendo-as como espaços educativos.

Devendo, ainda, participar da construção coletiva do projeto político - pedagógico dos espaços escolares em que atuar, contribuindo no exercício da gestão democrática da educação.

O profissional formado deverá ser autônomo intelectualmente no exercício de sua atividade, tomando decisões e apresentando soluções alternativas no tratamento das questões educativas, a partir da compreensão do processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal. Desenvolvendo o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional.

A capacidade de implementar formas de gestão democrática na escola, com condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola deverá também compor o perfil profissional do licenciado em Educação do Campo, o qual deverá promover, em sua prática profissional, diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo, compreendendo a dinâmica social e econômica do campo como parâmetro para uma prática docente contextualizada. Identificando os principais fatores relacionados ao surgimento de doenças, em especial, no homem do campo, orientando os sujeitos alvo da prática profissional.

Somando-se a isso, deverá reconhecer os processos químicos envolvidos na constituição do ambiente e do ser humano, orientando as ações dos sujeitos alvo da prática educativa, identificando os objetos de estudo e os conceitos elementares das ciências exatas a serem trabalhados na prática docente, compreendendo a dinâmica dos seres vivos e seu desenvolvimento no meio ambiente, com vistas ao trabalho docente na área, assim como, compreender os fenômenos físicos envolvidos na constituição do universo e da vida humana, relacionando-os à vida dos sujeitos da aprendizagem escolar. Por fim, deverá compreender o processo de trabalho docente que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal no campo.

COMPETÊNCIAS

- Atuar com ética e compromisso político e pedagógico no desenvolvimento das atividades acadêmicas, bem como na profissão docente ou na gestão educacional fundamentados pelos

conhecimentos e saberes que fortalecem a militância realizadas na universidade e nos movimentos sociais do campo;

- Analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias;
- Utilizar, no trabalho docente, formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados; bem como compreender as transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias;
- Articular, na atuação profissional, os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos alunos;
- Ter autonomia intelectual no exercício de sua atividade, tomando decisões e apresentando soluções alternativas no tratamento das questões educativas;
- Compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal;
- Identificar os principais fatores relacionados ao surgimento de doenças, em especial, no homem do campo, orientando os sujeitos alvo da prática profissional;
- Reconhecer os processos químicos envolvidos na constituição do ambiente e do ser humano, orientando as ações dos sujeitos alvo da prática educativa;
- Identificar os objetos de estudo e os conceitos elementares das ciências exatas a serem trabalhados na prática docente;
- Compreender a dinâmica dos seres vivos e seu desenvolvimento no meio ambiente, com vistas ao trabalho docente na área;
- Compreender os fenômenos físicos envolvidos na constituição do universo e da vida humana, relacionando-os à vida dos sujeitos da aprendizagem escolar;
- Compreender o processo de trabalho docente que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal no campo;
- Compreender a dinâmica da organização dos processos produtivos do campo;
- Utilizar recursos diversificados da língua, adequando-os às necessidades do ambiente; educativo.
- Adquirir fundamentos metodológicos para realizar pesquisas de campo nas escolas das comunidades rurais e demais realidades do campo.
- Analisar as características antropológicas na educação e sociedade do campo, fundamentando uma prática pedagógica contextualizada

ESTRUTURA CURRICULAR

No âmbito do Ensino, a forma de organização curricular deverá promover atividades e processos que garantam sistematicamente a relação prática-teoria-prática vivenciada no próprio ambiente social e cultural de origem dos estudantes (Conforme recomendações do MEC). A organização curricular ocorrerá em regime de alternância entre Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), para permitir o acesso e a permanência nesta Licenciatura dos professores em exercício (além dos membros de comunidades tradicionais) e não condicionar o ingresso de jovens e adultos na educação superior à alternativa de deixar de viver no campo (Cf Proposta MEC).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, especialmente nos seus artigos 26-A e 28, que tratam da oferta da educação em escolas do campo; de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação do Campo, com a Portaria nº 86/2013, e com os demais documentos de ordem legal que norteiam a política de formação de professores para escolas do campo, a proposta curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo está organizada da seguinte forma:

- a) Grupo 1 - Formador, com 840h;
- b) Grupo 2 - Integrador, com 880h; e
- c) Grupo 3 - Específico, com 1620h;

a) O Grupo 1 - Formador, visa proporcionar ao graduando uma formação geral em ciências da educação e em educação do campo, com subsídios para a formação intelectual, possibilitando reafirmação da identidade cultural dos sujeitos do campo articulando aspectos da docência, linguagens, práticas educativas e exercício da gestão e organização das instituições de educação básica e das organizações sociais e populares;

b) O Grupo 2 - Integrador, visa à consolidação da formação numa abordagem multidisciplinar, mediante articulação das atividades curriculares do Tempo Universidade e Tempo Comunidade, além da Pesquisa e da Prática como componente curricular, realizadas nos diferentes espaços formativos. Tem como objetivo proporcionar ao formando tempos e espaços curriculares diversificados para além do padrão turma/professor/horas-aula semanais, desse modo, constitui-se de oficinas, seminários integradores e interdisciplinares sobre temas educacionais e profissionais, grupos de estudo, pesquisa e trabalho supervisionado, estudos de práticas pedagógicas, pesquisas sócio-antropológicas junto as

comunidades do campo, mapeamento de realidades, atividades de iniciação à pesquisa, desenvolvimento de atividades de extensão, entre outros, capazes de promover e, ao mesmo tempo, possibilitar aos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, promovendo o exercício das diversas competências a serem desenvolvidas.

c) No Grupo 3 - Específico, tem a finalidade de construir e desenvolver uma formação específica, fundamentada em conhecimentos que articulem a relação teoria/prática a partir de componentes curriculares distribuídos em quatro ênfases: CIÊNCIAS DA NATUREZA - estão os componentes curriculares atrelados aos eixos dos fundamentos das matemáticas, das ciências biológicas e físico-químicas; ou CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS- estão os componentes curriculares atrelados aos eixos dos fundamentos históricos, filosóficos, geográficos, sociológicos, políticos; ou LINGUAGEM E CÓDIGOS - estão os componentes curriculares atrelados aos eixos dos fundamentos dos estudos linguísticos, culturais e literários; ou MATEMÁTICA - estão os componentes curriculares atrelados aos eixos dos fundamentos da matemática pura, matemática aplicada e educação matemática.

Na perspectiva epistemológica assumida pelo desdobramento curricular do curso, fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da Pedagogia da Alternância, estão embutidos princípios político-filosóficos relativos à discussão sobre direitos humanos e educação, à sustentabilidade, e à equidade étnico-racial, à equidade de gênero, ao respeito às manifestações religiosas e às diferenças de faixa geracional, à inclusão das diferenças de formas de ser, de ritmos de aprendizagem e desenvolvimento especialmente das pessoas com necessidades educativas especiais, a exemplo das pessoas com espectro autista, dentre outras, pois a educação do campo baseia-se em um novo projeto de sociedade que reconhece, respeita e valoriza a diferença e a diversidade de modos de vida.

Neste contexto, a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades, pois pode influenciar na construção e na consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos.

Como a Educação em Direitos Humanos requer a construção de concepções e práticas que compõem os direitos humanos e seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana, ela se destina a formar pessoas para participar ativamente da vida democrática e exercitar seus direitos e responsabilidades na sociedade, também respeitando e

promovendo os direitos das demais pessoas, onde inclui-se o direito à educação aos sujeitos, jovens e adultos, em cumprimento de medidas socioeducativas ou privados de liberdade.

Reconhecer e realizar a educação como direito humano e a Educação em Direitos Humanos como um dos eixos fundamentais do direito à educação, exige posicionamentos claros quanto à promoção de uma cultura de direitos. Essa concepção de Educação em Direitos Humanos é refletida na própria noção de educação expressa na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.394/1996, mas precisa ser materializada na promoção de uma educação voltada para a democracia e a cidadania, uma educação que se comprometa com a superação do racismo, sexismo, homofobia e outras formas de discriminação correlatas e que promova a cultura da paz e se posicione contra toda e qualquer forma de violência.

Assim, neste Projeto Pedagógico, buscamos essa materialização pela proposição de atividades formativas que propiciem aos estudantes o "(...) o uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas" (Brasil, 2012); transversalmente nas disciplinas de LIBRAS, Educação Inclusiva e Direitos Humanos, nas atividades extra-curriculares, em projetos de pesquisa e extensão, uma série de atividades estão previstas nessa direção; e de forma mais pontual, a disciplina Educação e Direitos Humanos traz elementos específicos dessa discussão. Do ponto de vista da gestão, como proposta de educação diferenciada que prima pelo respeito às especificidades socioculturais das comunidades do campo, incorporamos os direitos humanos na cultura e gestão organizacional, no modo de mediação de conflitos, na forma de lidar e reparar processos de violações constituindo, quando for o caso, ouvidorias e comissões de direitos humanos.

A atenção às pessoas com deficiência e às PNEE, dentre eles os portadores do espectro autista, será dada, principalmente nas disciplinas como LIBRAS, Educação Inclusiva e Direitos Humanos, Genética e Ecologia Humana da Saúde e da Doença, Gestão e Organização Pedagógica da Escola Básica, Políticas Públicas e Legislação da Educação do Campo, Teoria do Currículo na Interface com a Educação do Campo dentre outras. Em relação à educação ambiental, e em conformidade com a Lei 9.795/1999, especialmente em seus Arts. 1 e 20, compreendemos-a como um processo de construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, assim como componente essencial e permanente do processo educativo. Sobre a formação inicial de professores, a Lei nº 9.795/1999 preceitua, em seu artigo 11, que a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Ao trazer essa determinação, a Lei evidencia o caráter

transversal da educação ambiental nos diferentes espaços e tempos das instituições educativas, mas isso precisa ser visto em uma perspectiva socioambiental complexa e interdisciplinar pela qual se analisa, pensa, organiza o meio ambiente como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como intrusa ou desagregadora, aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural, cultural, e interage com ela. Assim, as modificações resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas; podem ser sustentáveis, gerando, muitas vezes, aumento da biodiversidade pelo tipo de ação humana ali exercida. Pode-se pensar essa relação como sociobiodiversidade, uma interação que enriquece o meio ambiente, como, por exemplo, os vários grupos extrativistas, quilombolas, ribeirinhos e dos povos indígenas.

Nesse sentido, a educação ambiental será trabalhada de forma transversal em vários componentes curriculares, tais como: Sociedade, Estado e Movimentos Sociais, Sociologia do Camponato, Território e Educação do Campo, Socioagrobiodiversidade, Organização e Gestão da Produção no Campo, Políticas Públicas e Legislação da Educação do Campo Saberes Agroecológicos, Física da Terra e do Universo, Fundamentos da Física, Química do Solo e da Água, Química e Atmosfera, Educação do Campo, Ciências e Tecnologias, Biodiversidade, Ciências do Ambiente, Ecologia I e II, Genética e Ecologia Humana da Saúde e da Doença.

Quanto à questão da educação para as relações Etnicorraciais, obedecendo à Resolução CNE/CP nº 01/2004, a presente proposta tenta atender aos propósitos expressos na Indicação CNE/CP nº 06/2002, bem como a alteração trazida à Lei 9394/96, pela Lei 11645/2008.

Desta forma, buscamos cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79B na Lei 9.394/96, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. Destarte, além de uma disciplina específica, Relações étnico-raciais e educação, essa discussão será feita de forma transversal em componentes curriculares como Políticas Públicas, Legislação da Educação do Campo, Antropologia das comunidades camponesas, Etnomatemática, Etnociências e Cultura Brasileira. São ainda, preferencialmente, abordadas nestas disciplinas as temáticas alusivas à equidade de gênero, ao respeito às manifestações religiosas e às diferenças de faixa geracional.

METODOLOGIA

As atividades curriculares do Núcleo Formador, do Núcleo Específico e do Núcleo Integrador, articuladas através da dinâmica do Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC) serão ofertadas em 08 (oito) períodos.

O Tempo Universidade do Curso será constituído de 8 h/a diárias de trabalhos acadêmicos, privilegiando os componentes curriculares de formação teórica, em que serão desenvolvidos conteúdos científico-culturais. Para isso serão utilizadas metodologias diversificadas tais como as preleções, os estudos dirigidos, os seminários, os debates, auto-estudos, entre outros. Todos estes procedimentos podem ser facilitados mediante o uso de recursos didáticos (quadros magnéticos, canetas, jornais, revistas, livros, artigos) e recursos tecnológicos (televisor, aparelho de DVD, microcomputadores, internet, aparelho de data-show) a critério de cada docente, e, previamente, definido em um Plano de Ensino.

O Tempo Comunidade será desenvolvido nas comunidades de origem dos discentes e nas escolas do Campo. As escolas do Campo serão lócus privilegiado da formação do educando, por isso serão escolhidas as escolas localizadas nas comunidades de origem desses sujeitos em formação (discentes) envolvidos no projeto de formação. Desse modo, a organização metodológica do curso sustenta-se a partir da proposta da Pedagogia da Alternância e da Alternância Pedagógica, tal metodologia se fundamenta na articulação das disciplinas curriculares como um momento de reflexão e fundamentação teórico-metodológico e conceitual, em que os alunos terão acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade. Ao mesmo tempo em que esses alunos terão a possibilidade de realizar a síntese teórica-conceitual a partir da reflexão acerca da sua realidade sócio-cultural.

Dentro desta articulação das disciplinas, alunos e professores terão a oportunidade de realizar a vivência pedagógica como um momento de engendramento dos saberes teóricos e dos saberes da experiência dos educandos que deverão fundamentar a formação do licenciado em todo o decorrer do curso. Neste sentido, o Tempo Universidade será momento de formação teórico-metodológico e conceitual com vistas apropriação de saberes científicos para a intervenção na realidade sócio-cultural das comunidades. Do outro lado, o Tempo Comunidade será momento de (re)elaboração teórica com objetivo de uma síntese teórico-metodológica que se constrói a partir da intervenção e reflexão a cerca da realidade concreta.

A articulação desses tempos será pautada a partir da realização da pesquisa que será o fio condutor da síntese intelectual proposta. No Tempo Universidade as propostas de pesquisa

serão construídas a partir dos eixos teóricos propostos no projeto pedagógico e no Tempo Comunidade os alunos terão que realizar pesquisas in loco para a produção científica em torno das mesmas. A cada retorno do Tempo Comunidade, que será no período intensivo, os alunos terão os Seminários integrados com objetivo de apresentarem publicamente os resultados e discussões sobre as pesquisas realizadas, dentro de uma perspectiva colaborativa de problematização-reflexão e intervenção na realidade local.

Após os Seminários, as produções decorrentes dos mesmos retornarão às comunidades em forma de seminários temáticos que serão realizados pelos educandos e acompanhados pelos professores orientadores do estágio docente. Ressalta-se que a proposta metodológica de condução do curso basear-se-á em atividades de pesquisas, seminários, estágios e atividades culturais e científicas, tais atividades serão viabilizadas a partir da formação dos formadores, ou seja, os professores envolvidos no projeto deverão compreender e participar ativamente da proposta do curso. Por isso, entre as etapas do tempo-universidade realizaremos as oficinas de preparação de vivência educativa que terá como objetivos:

- 1- Planejamento e organização do fluxo metodológico-curricular da etapa;
- 2- Articulação das propostas que serão realizadas nas disciplinas;
- 3- Definição de atividades colaborativas entre as disciplinas que serão ofertadas nas etapas;
- 4- Definição da realização das atividades do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade;
- 5- Discussões sobre a proposta metodológica do curso;
- 6- Avaliação da condução metodológica das etapas.

Nessas oficinas pedagógicas de formação e planejamento serão realizadas a organização e planejamento das atividades relacionadas a oferta do bloco de atividades curriculares, seguindo a organização do desenho curricular, assim as oficinas antecederão a oferta do bloco e participaram diretamente dessas os professores e coordenadores envolvidos na execução do curso. Nessas oficinas, pedagógicas serão definidos eixos temáticos que serão condutores da proposta metodológica da etapa ofertada.

O Eixo Formativo curricular tem como objetivo agregar multi e interdisciplinarmente os conteúdos curriculares das disciplinas que serão ofertadas, primando por um diálogo colaborativo entre as mesmas para dinamizar o curso e garantir a formação integral do educando.

Para dar conta dessas atividades, o curso se organiza em dupla docência em disciplinas que

demandam por um acompanhamento do aluno desde a preparação para as pesquisas do Tempo Comunidade, bem como no decorrer desse processo. No Tempo-Comunidade os alunos terão que realizar pesquisas in loco para a produção científica em torno das disciplinas definidas para esse período da alternância pedagógica; a Socialização, através de Seminários Integradores com objetivo de apresentarem publicamente os resultados e discussões sobre as pesquisas realizadas na sua própria comunidade como também por meio do Estágio supervisionado de caráter obrigatório. A preparação de cada Tempo Comunidade se dá durante as aulas do Tempo Universidade onde os estudantes estudam as disciplinas do período letivo e por meio das oito disciplinas de Prática, Pesquisa Socioeducacional e Seminário Integrador, das cinco disciplinas de Estágio e pesquisa (Preparação do Tempo-Comunidade e inserção na Escola) e das disciplinas de Estágio de Docência I - Anos Finais do Ensino Fundamental, Estágio de Docência II - Ensino Médio, Estágio de Docência III - Ensino Médio, Estágio de Docência IV- Ensino Médio, Estágio nas Organizações sociais e popular articulados ao conjunto de disciplinas do tempo universidade e ao eixo temático se organizam sob orientação docente para as atividades das disciplinas de campo. Estas disciplinas são obrigatórias e os educandos terão que cursar a cada etapa, e será parte integrante das práticas como componente curricular.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

De acordo com o que estabelece a LDBN nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Formação Docente postas no Parecer CNE/CP 9/2001, no Parecer CNE/CP 28/2001, no Parecer CNE/CP 1/2015 e na Resolução CNE/CP Nº 2/2019 que tratam das 400 horas de Prática como Componente Curricular para a formação docente e, considerando o que estabelecem o Regimento de Graduação da UFPA e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - PARFOR, compreendemos que a Prática é o fazer didático-pedagógico, cujo conteúdo traduz uma visão de mundo, de educação, de ser humano, sendo perpassado por uma teoria que o orienta, conforma e significa.

A prática como componente curricular consiste em experiências formativas em ambientes escolares onde prevê-se a aprendizagem do exercício profissional previstas no percurso formativo por meio de atividades investigativas acerca da docência, das práticas educativas, da organização do trabalho pedagógico onde insere-se a gestão escolar nas três dimensões que a compõem: dimensão institucional; dimensão curricular e a dimensão didático-pedagógico. Nessa direção, garantimos um processo de formação em que a

pesquisa seja o fio condutor capaz de desvelar características da complexidade do trabalho docente, seus desafios na realidade escolar do campo, para que a partir desta teorização sobre a prática e na prática, os estudantes constituam competências, saberes e habilidades compatíveis com o perfil profissional que almejamos.

A Prática Pedagógica como componente curricular do Curso de Educação do Campo permeia todo o percurso acadêmico se materializa diretamente com a escola e, conseqüentemente, com a sala de aula através dos Tempos Comunidades, além das disciplinas alocarem parte de sua carga horária para esta finalidade. É a partir dela que se constitui a cadência da Alternância Pedagógica, materializando-se na vinculação orgânica entre a escola e a universidade, concebidos como diferentes espaços de aprendizagem em que acontece a articulação entre as dimensões investigativa, acadêmica, pedagógica e de intervenção.

Para dar conta desse propósito e, visando superar a lógica da racionalidade instrumental (aprender primeiro para fazer depois) por uma racionalidade prática. Além das 420 horas de Estágio (presente em todas as ênfases), a Prática como Componente Curricular é vivenciada por meio de estratégias metodológicas desenvolvidas desde o primeiro período letivo e organizadas de acordo com a especificidade de cada ênfase. Os componentes curriculares ?Prática Pedagógica - Preparação para o Tempo Comunidade I, II, III, IV, e V? são teórico-práticos com a finalidade de refletir, dialogar, preparar com os estudantes planos de pesquisas-ação no contexto pedagógico nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em escolas públicas do campo. Estes planos darão subsídios para o desenvolvimento dos Estágios de Docência e Estágio nas Organizações sociais e populares (que ocorrem a partir do 4º período até o 8º) numa relação direta com foi construído nos Tempos Comunidades que se desenvolvem a partir das disciplinas de ?Prática, Pesquisa Socioeducacional e Seminário Integrador(Tempo-Comunidade) I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII ? (que ocorrem desde o 1º período do curso). Assim, além de parte da carga horária desses componentes (presentes em todas as ênfases), foram alocadas parte de carga horária de outros componentes, ficando assim distribuídos:

- Na ênfase CIÊNCIAS DA NATUREZA totalizará 820h, sendo 420h de Estágios e 400h constituídas por parte da carga horária de vários componentes curriculares do Núcleo Formador, Núcleo Formador e Núcleo Específico. Esses componentes são os seguintes: História da Educação do Campo; Psicologia do Ensino e da Aprendizagem; Educação do Campo e Etnociências - Ciências da Natureza; Prática, Pesquisa Socioeducacional, Seminário Integrador (Tempo-Comunidade) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII; Filosofia da Educação; Sociedade, Estado e Movimentos Sociais; Didática e Formação Docente;

Organização e Gestão da Produção no Campo; Fundamentos da Biologia; Sociologia do Campesinato, Território e Educação do Campo; Políticas Públicas e Legislação da Educação do Campo; Linguagem e Comunicação do Campo; Teoria do Currículo na Interface com a Educação do Campo; Educação Inclusiva e direitos humanos; Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza na Educação Básica; Prática Pedagógica - Preparação para o Tempo Comunidade I, II, III, IV, e V; Relações Étnico-raciais e Educação; Libras; Socioagrobiodiversidade.

- Na ênfase CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS totalizará 846 horas, sendo 420h de Estágios e 416h constituídas por parte da carga horária de vários componentes curriculares do Núcleo Formador, Núcleo Formador e Núcleo Específico. Esses componentes são os seguintes: História da Educação do Campo; Psicologia do Ensino e da Aprendizagem; Prática, Pesquisa Socioeducacional e Seminário Integrador (Tempo-Comunidade) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII; Filosofia da Educação; Sociedade, Estado e Movimentos Sociais; Didática e Formação Docente; Sociologia do Campesinato, Território e Educação do Campo; Organização e Gestão da Produção no Campo; Políticas Públicas e Legislação da Educação do Campo; Linguagem e Comunicação do Campo; Teoria do Currículo na Interface com a Educação do Campo; Educação Inclusiva e direitos humanos; Metodologia da Pesquisa nas Ciências Sociais e Humanas; Prática Pedagógica - Preparação para o Tempo Comunidade I, II, III, IV, e V; Relações Étnico-raciais e Educação; Libras; Socioagrobiodiversidade; Relações Sociedade-Natureza na Amazônia; Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais e Humanas;

- Na ênfase LINGUAGEM E CÓDIGOS totalizará 840 horas, sendo 420h de Estágios e 420h constituídas por parte da carga horária de vários componentes curriculares do Núcleo Formador, Núcleo Formador e Núcleo Específico. Esses componentes são os seguintes: História da Educação do Campo; Psicologia do Ensino e da Aprendizagem; Prática, Pesquisa Socioeducacional, Seminário Integrador (Tempo-Comunidade) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII; Filosofia da Educação; Sociedade, Estado e Movimentos Sociais; Didática e Formação Docente; Sociologia do Campesinato, Território e Educação do Campo; Organização e Gestão da Produção no Campo; Políticas Públicas e Legislação da Educação do Campo; Linguagem e Comunicação do Campo; Teoria do Currículo na Interface com a Educação do Campo; Educação Inclusiva e direitos humanos; Alfabetização e letramento; Prática Pedagógica - Preparação para o Tempo Comunidade I, II, III, IV, e V; Relações Étnico-raciais e Educação; Libras; Socioagrobiodiversidade; Relações Sociedade-Natureza na Amazônia; Ensino de Linguagens na Educação Básica I; Literatura Amazônica na Educação do Campo; Literaturas Amazônicas.

- Na ênfase MATEMÁTICA totalizará 834h, sendo 420h de Estágios e 414h constituídas por parte da carga horária de vários componentes curriculares do Núcleo Formador, Núcleo Formador e Núcleo Específico. Esses componentes são os seguintes: História da Educação do Campo; Psicologia do Ensino e da Aprendizagem; Prática, Pesquisa Socioeducacional, Seminário Integrador (Tempo-Comunidade) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII; Filosofia da Educação; Sociedade, Estado e Movimentos Sociais; Educação Matemática e suas interfaces com a Educação do Campo; Didática e Formação Docente; Sociologia do Campesinato, Território e Educação do Campo; Organização e Gestão da Produção no Campo; Políticas Públicas e Legislação da Educação do Campo; Linguagem e Comunicação do Campo; Teoria do Currículo na Interface com a Educação do Campo; Educação Inclusiva e direitos humanos; História da Matemática e Cultura; Planejamento e Avaliação da Aprendizagem em Matemática; Prática Pedagógica - Preparação para o Tempo Comunidade I, II, III, IV, e V; Relações Étnico-raciais e Educação; Libras; Socioagrobiodiversidade; Educação Matemática e suas interfaces com Educação do Campo I e II.

Na dimensão prática de cada disciplina, os docentes e os estudantes, por meio de um trabalho colaborativo, definem nos planos de trabalho as temáticas que serão pesquisadas no espaço escolar, bem como as formas de aplicação dos conhecimentos teóricos específicos de cada Núcleo, aprofundando os conteúdos relacionados aos já trabalhados em sala de aula, que deem base para a análise problematizadora de cada Tempo Comunidade, estes entendidos como momento privilegiado de exercício da pesquisa educacional e vivência de saberes docentes ligados à escola.

O trabalho pedagógico assume a dimensão de eixo integrador da relação teoria-prática. Suas várias dimensões, constituem-se em objetos de estudo específicos em cada Tempo Comunidade, que corresponde ao período entre etapa de aulas, ou seja, é o espaço-tempo formativo no qual se concretiza a carga horária das práticas de cada disciplina do curso em cada semestre letivo, bem como se vivencia a pesquisa sobre temas referentes aos objetos de estudo de cada período letivo.

O acompanhamento e a orientação pedagógica da Prática como Componente Curricular são propostos a partir de fundamentos epistemológicos capazes de assegurar a análise crítica dos dados levantados em cada Tempo Comunidade, que são desdobramentos da formação durante do Tempo Universidade, do Tempo e do processo de orientação acadêmica em campo por parte dos docentes do Curso, que se deslocam até as comunidades onde vivem ou trabalham os estudantes para realizar o acompanhamento/monitoramento das atividades previstas para essa etapa, auxiliando-os na sistematização de dados da experiência, compartilhando com eles novas possibilidades de abordagem de um determinado tema,

avaliando e contribuindo para a reestruturação dos instrumentos de coleta de dados, assim como para reelaboração de seus relatórios de vivência. É um momento também em o docente do curso se aproxima mais ainda do aluno e da sua comunidade de pertença, onde em contato com esse contexto consegue agregar novos elementos também para sua prática enquanto professor formador, na busca permanente por uma formação dialógica com os saberes científicos e os saberes tradicionais.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado se caracteriza como atividade curricular específica que se articula com os demais componentes curriculares, integrando a formação do discente, e destina-se à construção da identidade docente e o exercício da docência

visando-se à: 1 - promover a aplicação e a ampliação dos conhecimentos próprios da sua formação profissional; 2 - estimular a autonomia intelectual pela aproximação entre a formação acadêmica e a formação profissional; 3 - promover a articulação entre teoria e serão realizados nos intervalos entre os períodos letivos de disciplinas curriculares, durante o Tempo Comunidade, em escolas e comunidades do campo, articulados às atividades de pesquisa e estudo, pesquisa e prática pedagógica.

Os discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo deverão cumprir 420 (quatrocentas e vinte) horas de Estágio Curricular, assegurando-lhes a vivência pedagógica em situação de trabalho em escolas de Educação Básica e o exercício da regência e competências próprias da prática docente, a partir do 4º período do Curso. Os Estágios escolares ocorrerão nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas disciplinas da educação básica condizentes com a ênfase do aluno. Essa carga horária está distribuída da seguinte forma:

I ? Estágio de Docência I ? será realizado nos anos finais do Ensino Fundamental, com 100 (cem) horas;

II ? Estágio de Docência II ? será realizado no Ensino Médio, com 100 (cem) horas;

III ? Estágio de Docência III ? será realizado no Ensino Médio, com 100 (cem) horas;

IV ? Estágio de Docência IV - será realizado no Ensino Médio, com 60 (sessenta) horas.

V ? Estágio nas Organizações Sociais e Populares ? será realizado nos sindicatos, colônias, associações comunitárias e outros, com 60 (sessenta) horas.

O estágio docente será realizado em instituições de ensino público: municipais, estaduais ou federais, escolas comunitárias e em instituições não formais de ensino localizadas no campo

ou que tenham relação com o campo, a exemplo dos sindicatos, colônias de pescadores e associações. As supervisões e orientações pedagógicas, incluindo plano de aula, estarão a cargo do Professor-supervisor da vivência da prática educativa nos espaços reservados para a atividade curricular (disciplina).

A avaliação das atividades realizadas no estágio ocorrerá durante o desenvolvimento todo o percurso formativo, tanto por parte da prática pedagógica como por parte da escola-campo, além da auto-avaliação do educando. Ao final de cada estágio o estudante deverá elaborar um relatório, podendo ser em diferentes formatos a ser definido em resolução específica da Faculdade.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O objetivo dessa carga horária será oportunizar vivências de 60h (Sessenta horas) podendo ser em atividades científicas e culturais ou para atividades optativas a serem desenvolvidas na dinâmica do TU e TC. Tais atividades podem ser constituídas por monitoria no curso, participação em projetos de extensão, atividades profissional vinculada ao curso, participação em palestras, seminários, mesa redonda, congressos, conferência, iniciação científica, e outras atividades de cunho acadêmico-científico-cultural que se articulem com a proposta do curso, assim como disciplinas curriculares optativas que se relacionem com o objetivo geral do curso.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Curso (TC) é a síntese final da formação oferecida e vivenciada no conjunto dos anos da graduação e atende a Resolução nº 4.399, de 14 de maio de 2013, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, além da Instrução Normativa nº 05/2023 - PROEG/UFGA, sendo, portanto, uma atividade obrigatório para conclusão do curso.

Os estudantes devem produzir uma pesquisa e com ela protagonizar uma experiência acadêmico-científica e profissional, na qual deve relacionar e integrar os conteúdos trabalhados durante a graduação e, com isso, trazer sua importante contribuição para a ciência a partir da relação entre ensino, pesquisa e extensão e as especificidades do curso. O TCC é um processo de pesquisa que articula os conteúdos do curriculares; o conhecimento acumulado durante o Tempo Universidades (TU); com as vivência e pesquisas

desenvolvidas no Tempo Comunidade (TC); ou em Projetos de ensino, pesquisa e extensão durante a integralização curricular de Curso. O objetivo é oportunizar aos discentes uma reflexão aprofundada sobre questões específicas que podem contribuir para aprofundar sua aprendizagem referente aos componentes curriculares, relacionados às práticas pedagógicas, metodologias de ensino, políticas públicas, valorização dos saberes tradicionais, financiamento educacional, etnobioidiversidade, avaliação da aprendizagem, organização e gestão da escola, formas de ensinar e aprender em ambientes não escolares, dentre outras temáticas previstas nas linhas de pesquisa dos docentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

O TC poderá configurar-se em uma das modalidades de trabalho técnico-científico-cultural presentes na IN nº 05/2023 - PROEG/UFPA, a ser definida pelo estudante e orientadores. O TC será orientado, preferencialmente, por docente da UFPA devidamente credenciado pelo NDE e Colegiado do curso, com formação e produção acadêmica de acordo com a temática do TC disposto pelo discente proponente do trabalho. Docentes externos poderão ser orientadores desde que credenciados pelo NDE e ratificado pelo Colegiado do Curso.

O TC deverá ser apresentado em sessão pública na universidade (podendo ocorrer na comunidade de pertença ou na comunidade/escola onde a pesquisa foi desenvolvida, como forma de restituição a elas dos trabalhos desenvolvidos pelos discentes), para uma banca examinadora constituída por, no mínimo três docentes, com formação e produção acadêmica de acordo com a temática do TCC proposta pelo discente do trabalho, sendo um deles, obrigatoriamente o (a) orientador (a) que presidirá a sessão.

POLÍTICA DE PESQUISA

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Etnodesenvolvimento e Tecnologia em Agroecologia (ofertados pelos 3 campi da UFPA) tem diversos grupos de pesquisa, também atuando diretamente em ações de ensino (como no caso das Práticas Pedagógicas), e também em ações de extensão. Por exemplo, o grupo ELOSS (Educação e Cooperação Sul-Sul), liderado pela professora Jacqueline Freire, tem uma forte articulação com países africanos de língua portuguesa, e já realizou eventos com a presença de pesquisadores de Angola, Cabo Verde, etc., além de permitir a troca de conhecimentos entre os pesquisadores de diferentes países. Por outro lado, os grupos GEPIATI (Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Ambiente, Território e Interculturalidade), em que a professora Eliana Teles é líder, realiza diversas ações de extensão e Práticas Pedagógicas em comunidades

tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, agricultores de terra firme, etc.), por meio do Laboratório de Cartografia Social do Campus de Abaetetuba. Outros grupos também se destacam no âmbito das ações de pesquisa, ensino e extensão da Faculdade, como o GAPUIAS (Grupo de Pesquisa sobre Imaginário, Arte e Sociedade), liderado pelo professor Jones Gomes, que realiza ações conjuntas com o GEPIATI, o GEHMORGA (Grupo de Estudo em História, Gênero e Movimentos Sociais na Amazônia), cuja líder é a professora Deusa Maria e outras iniciativas importantes, como o Museu do Tocantins, que fica situado no Campus e permite ações de ensino e de extensão com a comunidade de toda a região. Ainda atuam os grupos de pesquisa GEPSEED (Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade, Estado e Educação), liderado pelo professor Afonso Nascimento, GEBIOS (Grupo de Estudos da Biodiversidade e da Sustentabilidade na Amazônia Tocantina), em que o líder é o professor Yvens Cordeiro, e o Grupo DRIS (Desenvolvimento Rural e Inovação Sociotécnica), em que o professor Francinei Bentes é líder em Abaetetuba, desenvolve várias pesquisas e atividades de extensão, como por exemplo na área de políticas educacionais no campo (o que coaduna com a proposta das Práticas Pedagógicas) e na cidade, além dos estudos sobre Agroecologia e temas ambientais. Por fim, o grupo de pesquisa GEDAF (Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia), em que os professores Ricardo Maia e Roberta Castro são pesquisadores, também desenvolve atividades de pesquisa e de extensão em comunidades de agricultores familiares da região. Isso permite afirmar que os diversos grupos existentes conseguem coadunar suas propostas com ações específicas para o atendimento da sociedade regional em temáticas que lhes são de interesse, e também dialogam com as Práticas Pedagógicas do curso ao fomentar a pesquisa durante os momentos de alternância pedagógica da Educação do Campo.

Na Faculdade de Etnodiversidade, pela perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a política de pesquisa do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Linguagem e Códigos e Ciências da Natureza, visa integrar ações às atividades curriculares, seja inter-relacionando projetos de professores/pesquisadores com a participação de discentes, ou pensando as atividades de ensino como espaço privilegiado para a construção de pesquisas, a partir das quais se construirá a extensão através do diálogo permanente com a sociedade. As Estratégias para alcançar a política de pesquisa, partem da compreensão de que discentes e docentes têm a oportunidade de construir uma formação mais completa, produzindo conhecimentos importantes para a sociedade e que podem contribuir com a elaboração de políticas públicas e/ou atividades de extensão, por meio da construção de conhecimentos. Nossas estratégias contemplam a busca permanente de

integração dos discentes às duas linhas de pesquisa do curso, das quais temos a Linha 1- Educação do campo e modos de vida do campesinato, que se direciona no estudo de temas específicos da educação escolar em diálogo com suas configurações no campesinato no nível da ação coletiva e no nível das práticas culturais e produtivas típicas do campo. Reflete sobre as políticas públicas e a ação das organizações sociais camponesas e seus projetos de desenvolvimento. Analisa as mudanças provocadas pela educação escolar nos modos de vida camponês, nos seus projetos e práticas de reprodução social. Estuda as práticas escolares postas em curso por grupos tradicionais e que se apresentam como inovadoras ou como estratégias de manutenção de seus modos de vida. Verifica as relações entre o espaço urbano e rural, as influências e trocas de experiências entre atores (professores-alunos-comunidade) e o projeto pedagógico vigente. A Linha 2 - Processos socioeducativos dinamizados pelas práticas sociais, produtivas, ambientais e resistência dos grupos tradicionais e camponeses, concentra-se em processos socioeducativos, ambientais e naturais produzidos ou tangenciados por aspectos e fenômenos presentes nos modos de vida do campesinato, tais como as dinâmicas de uso e produção de territórios e de recursos naturais, as práticas de produção e as formas de uso de recursos naturais. A relação com agentes institucionais, às organizações sociais ou ação coletiva. Por processos socioeducativos, compreende-se as diversas possibilidades de ensino e aprendizados não escolares que constituem sistemas de pensamento, de ação, e se dão em meio às relações sociais, às formas de organização do trabalho, aos usos dos recursos naturais. Estes processos socioeducativos são parte importante do modo de vida camponês em suas várias manifestações: ribeirinho, quilombolas, indígenas, agricultura familiar tradicional, pesca artesanal, dentre outros.

Assim, temos a construção de pesquisas coletivas sobre temas diferenciados e focados em situações-problema da realidade camponesa, à exemplo: cultura, arte e educação do campo; Políticas públicas e educação do campo; Educação do campo: gestão, formas de organização do trabalho pedagógico e formação de professores; Processos de diferenciação social provocados pela educação; Alternância Pedagógica como estratégia metodológica de ensino e de fortalecimento do campesinato; Currículo e áreas de conhecimento na Educação do Campo; ação coletiva, mediação, produção de identidades e projetos de desenvolvimento; dinâmicas territoriais, usos de recursos naturais e etnoconhecimento; competências e saberes constituídos por práticas de trabalho e de relação com a natureza no campo da produção e gestão agrícola, dos conhecimentos físico-químicos e biológicos; extensão rural e formas de ensinar e aprender na produção camponesa; educação ambiental e repercussões no meio biofísico, químico e social do campesinato; currículo e áreas de conhecimento na Educação

do Campo, dentre outros, realizados em permanente processo de diálogo entre docentes, discentes e sociedade.

Na perspectiva de subsidiar tais reflexões, os acadêmicos são estimulados, desde os primeiros períodos letivos do curso, a levantarem informações que propiciam o conhecimento/reconhecimento de questões problemas de suas comunidades, que afetam não só o espaço escolar, o trabalho docente, mas toda sociedade local. Assim, consideramos que a iniciação científica, a pesquisa exploratória, a apropriação de ferramentas e metodologias de pesquisas, sistematização de dados coletados com orientação docente, são componentes fundamentais e permanentes em toda formação dos discentes do curso de Educação do Campo, provenientes dos Tempos Comunidades do qual especifica os processos de desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa em estreita relação com a Prática como componente curricular, a serem desenvolvidos pelos estudantes ao longo dos Tempos Comunidade.

Outra estratégia para incorporar a pesquisa na dinâmica formativa do curso de Educação do Campo, é o incentivo à constituição e consolidação de Grupos de Pesquisa permanentes mobilizados pelo corpo docente e que, articulados às linhas de pesquisa acima mencionadas, voltem-se à investigação dos objetos de estudo dos Tempos Comunidade, aos quais os estudantes se dedicam

POLÍTICA DE EXTENSÃO

Em consonância com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, e especialmente, em conformidade com a sua missão institucional, a Universidade Federal do Pará reconhece que, para a formação de profissionais qualificados, deve prevalecer uma educação assinalada pelo humanismo que assegure a pluralidade de ideias e o respeito aos valores da convivência ética marcada pela liberdade, solidariedade e justiça?. (PDI/UFGA, 2016-2025, p. 110). Nessa perspectiva, entendemos que para alcançar esse ideal de formação é necessário avançar em uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que se materialize em ações concretas de efetivo enfrentamento das demandas hoje colocadas à educação superior, especialmente na região de abrangência dos três campi da UFGA- Abaetetuba, Altamira e Cametá.

O princípio de que a universidade, na condição de instituição pública, pertence ao conjunto da sociedade e não à administração ou a segmentos sociais particulares, pressupõe que se estabeleça um permanente canal de diálogo com o conjunto da sociedade regional, neste

caso, com os diversos atores sociais, suas organizações representativas e poder público local e regional.

A extensão universitária, como principal ponto de conexão entre universidade e sociedade, não pode ser um apêndice na vida acadêmica, e sim um eixo estruturante de sua atuação, mas ela só poderá assumir de fato este espaço se for informada pela pesquisa científica de ponta e se for encampada nas atividades de ensino que envolvem a comunidade discente de forma mais ampla. Para tanto a ação extensionista não pode se constituir de eventos episódicos, como se a Universidade estivesse prestando favor à sociedade, mas deve compor nossa agenda permanente, enriquecendo, transformando e revigorando nossa existência como uma instituição socialmente enraizada e, apenas assim, efetivamente republicana e efetivamente democrática.

Desse modo, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Etnodesenvolvimento e Tecnologia em Agroecologia (ofertados pelos 3 campi da UFPA) tem diversos grupos de pesquisa e extensão, também atuando diretamente em ações de ensino (como no caso das Práticas Pedagógicas), e também em ações de extensão. Por exemplo, o grupo ELOSS (Educação e Cooperação Sul-Sul), liderado pela professora Jacqueline Freire, tem uma forte articulação com países africanos de língua portuguesa, e já realizou eventos com a presença de pesquisadores de Angola, Cabo Verde, etc., além de permitir a troca de conhecimentos entre os pesquisadores de diferentes países. Por outro lado, os grupos GEPIATI (Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Ambiente, Território e Interculturalidade), em que a professora Eliana Teles é líder, realiza diversas ações de extensão e Práticas Pedagógicas em comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, agricultores de terra firme, etc.), por meio do Laboratório de Cartografia Social do Campus de Abaetetuba. Outros grupos também se destacam no âmbito das ações de pesquisa, ensino e extensão da Faculdade, como o GAPUIAS (Grupo de Pesquisa sobre Imaginário, Arte e Sociedade), liderado pelo professor Jones Gomes, que realiza ações conjuntas com o GEPIATI, o GEHMORGA (Grupo de Estudo em História, Gênero e Movimentos Sociais na Amazônia), cuja líder é a professora Deusa Maria e outras iniciativas importantes, como o Museu do Tocantins, que fica situado no Campus e permite ações de ensino e de extensão com a comunidade de toda a região. Ainda atuam os grupos de pesquisa GEPSEED (Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade, Estado e Educação), liderado pelo professor Afonso Nascimento, GEBIOS (Grupo de Estudos da Biodiversidade e da Sustentabilidade na Amazônia Tocantina), em que o líder é o professor Yvens Cordeiro, e o Grupo DRIS (Desenvolvimento Rural e Inovação Sociotécnica), em que o professor Francinei Bentes é líder em Abaetetuba, desenvolve várias pesquisas e atividades de extensão, como por exemplo na área de políticas

educacionais no campo (o que coaduna com a proposta das Práticas Pedagógicas) e na cidade, além dos estudos sobre Agroecologia e temas ambientais. Por fim, o grupo de pesquisa GEDAF (Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia), em que os professores Ricardo Maia e Roberta Castro são pesquisadores, também desenvolve atividades de pesquisa e de extensão em comunidades de agricultores familiares da região. Isso permite afirmar que os diversos grupos existentes conseguem coadunar suas propostas com ações específicas para o atendimento da sociedade regional em temáticas que lhes são de interesse, e também dialogam com as Práticas Pedagógicas do curso ao fomentar a pesquisa durante os momentos de alternância pedagógica da Educação do Campo.

Além da inserção dos diferentes grupos de estudo e pesquisa existente dos professores que atuam no curso de Educação do Campo nos três campi, as atividades curriculares do curso preveem igualmente atividades práticas cujo objetivo é possibilitar a integração entre as três dimensões fundamentais do princípio da universidade. As ações durante o Tempo Comunidade (período entre etapa de aulas) e as disciplinas (durante o Tempo Universidade) estimularão ações de extensão que se estabelecem no seio

de problemáticas locais, das necessidades específicas da comunidade, sinalizadas pelas famílias, autoridades populares, lideranças de associações, ONG, profissionais da escola e/ou os próprios alunos do curso. As atividades favoreceram os diferentes municípios nos quais o curso de Educação do Campo acontece, com Palestras, Orientações, Seminários, Jornadas, Oficinas, Mesas-redondas, Capacitações, Encontros de lideranças, Programas de rádio comunitário, apoio a Casa do Idoso, etc.

Além do estabelecimento de parcerias entre prefeituras e entidades não governamentais intermediadas por reuniões viabilizadas pela

Universidade. As atividades de extensão ainda podem ser desenvolvidas por meio de Projetos e Programas, conduzidos pelos grupos de pesquisa do curso, incluindo discentes e docentes visando intervenção junto à sociedade.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Educação Inclusiva se fundamenta na concepção dos direitos humanos, admitindo que igualdade e diferença são valores indissociáveis (MEC/2007). Essa perspectiva humanista apela para o respeito, o acolhimento e a convivência pacífica entre as diferenças, expressa no princípio da igualdade de oportunidade para todos. Ela passou a ser o foco das discussões das políticas educacionais, que percebem a necessidade de criar condições para favorecer a

participação das heterogeneidades em seus sistemas de ensino. Política de inclusão social é ampla e está para além do atendimento e acolhimento ao discente, pois requer, durante o curso, o desenvolvimento de atividades que transformem o discente em um agente de inclusão social e um profissional com responsabilidade social. Desde 2011, o Campus com apoio do Núcleo de Inclusão Social da UFPA (NIS) hoje atual CoAcess ? Coordenadoria de Acessibilidade, executa ações visando superar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação ou informação que restrinjam a participação, o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e Superdotação. As ações da CoAcess são amparadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto nº 7.611/2011 e Lei 13.146/2015. Os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem o grupo com menor número de ingressantes na UFPA, mas têm atenção especial dada a diversidade de suas especificidades e habilidades diferenciadas na comunicação, interesses e socialização, em conformidade com a Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e estabeleceu diretrizes para consecução em todos os níveis de ensino.

O Curso de Educação do Campo com o apoio do CoAcess-UFPA propiciará aos alunos com TEA: atendimento individual para identificação das habilidades e dificuldades acadêmicas do aluno autista; sensibilização e orientação dos docentes, discentes e técnicos quanto às características do Transtorno para eliminar as barreiras atitudinais e combater a discriminação, restrição ou anulação do acesso ao conhecimento; atendimento e orientação aos familiares para fortalecer os vínculos entre família-Instituição-aluno que servirão de base para o desenvolvimento de sua autonomia e sua permanência na vida acadêmica; orientações aos gestores das faculdades, professores, colegas de turma e monitores quanto às estratégias metodológicas e avaliativas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do aluno; produção e divulgação de tecnologias assistivas de acordo com as necessidades formativas e pedagógicas, na área específica do educando; orientação aos docentes para um plano de formação direcionada para a área de interesse do aluno autista, no intuito de valorizar suas habilidades; oferta de cursos e oficinas de incentivo a formação e a capacitação de professores e gestores com conhecimentos especializados sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com transtorno globais do desenvolvimento.

Propiciando apoio psicopedagógico e de monitoria, com estratégias para melhor auxiliar o discente a cumprir com as demandas do desenho curricular do seu curso. E também

acompanha continuamente o rendimento acadêmico do aluno para verificar os resultados, avanços e retrocessos nas atividades acadêmicas, a fim de aprimorar estratégias para garantir o sucesso na aprendizagem. O Curso de Educação do Campo, desenvolverá atividades na área educacional como um todo, refletindo o compromisso com a responsabilidade social. Nessa perspectiva, visa à gradativa eliminação das desigualdades sociais dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável voltado para a região amazônica.

A proposta pedagógica do curso de licenciatura Plena em educação do campo já se apresenta com uma política de inclusão ao se colocar no horizonte da qualificação para as populações do campo historicamente excluídas de processos decisórios na sociedade contemporânea. Isso se amplia mais quando propomos que para além da oferta do curso possam desenvolver junto com o educandos e sociedade civil e movimentos sociais políticas de inclusão:

- Ampliar e fortalecer os canais de participação social, apostando no contínuo esforço dos excluídos para prosseguir na construção de uma sociedade que reconheça seu direito a ter direitos - os direitos humanos em toda sua plenitude - civis, políticos e sociais;
- Investir fortemente na qualificação e emancipação dos movimentos sociais, ONGs e de outros setores da sociedade civil para que desenvolvam ações propositivas e capazes de fazê-los participar eficazmente de negociações e deliberações;
- Inspirar e potencializar ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania;
- Desenvolver estratégias para voltar à formação do licenciado para a reflexão do processo de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais que moram no campo;
- Proporcionar cursos de Braille, libras e de tecnologias assistivas voltadas para a realidade da população do campo ao longo do período de formação, para docentes e discentes habilitando-os a lidar com possíveis estudantes com necessidades especiais, juntamente com a elaboração de materiais didáticos especializados para essas pessoas.

POLÍTICA DE EGRESSO

A Faculdade de Etnodiversidade nomeará uma Comissão de Acompanhamento dos Egressos, formada por docentes do curso, técnicos e representantes discentes e dos egressos. A partir de instrumentos a ser criado com a finalidade de obter informações que possibilitam retratar a forma como a comunidade percebe e avalia o curso, tanto do ponto de vista da qualidade e adequação dos processos de formação educacional (finalidade do curso, alcance dos objetivos e das estratégias de formação) quanto de facilitação à inserção desses egressos no mundo do trabalho, refletindo o impacto social do curso na qualificação e profissionalização dos egressos na região, assim como a sua abrangência. Consideramos importante: a) Manter o cadastro dos egressos atualizados, a fim de disponibilizar informações relevantes sobre eventos, cursos de formação continuada (aperfeiçoamento, pós-graduação e outros) e oportunidades oferecidas pelas instituições de ensino, pesquisa e do mercado de trabalho; b) Incentivar a participação dos egressos a participarem de processos seletivos para ingresso na pós-graduação stricto sensu; c) Incentivar os egressos a compartilharem suas experiências em eventos, canais oficiais da faculdade e da instituição (além das redes sociais), com a finalidade de motivar outros alunos da educação básica de comunidades tradicionais a ingressarem na carreira; e) Incentivar os egressos a criarem e manterem seus respectivos currículos lattes atualizados; d) Estreitar a relação com a rede estadual e redes municipais de ensino para que estas possam oferecer vagas para os Licenciados em Educação do Campo no Concursos Públicos; e) Participar juntos aos sindicatos do trabalhadores da educação e Ministério da Educação, via SECADI para a construção de um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração aos profissionais da educação do campo. Além desses elementos, outros poderão ser criados conforme a comissão julgar necessário.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

No âmbito da Gestão, o curso estará vinculado à Faculdade de Etnodiversidade do Campus Universitário de Altamira. No entanto, por se tratar de uma chamada pública, foi construído conjuntamente com as Faculdades de Educação do Campo do Campus de Cameté e a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo do Campus de Abaetetuba (que também ofertam o curso de Educação do Campo). Atualmente, no o âmbito da Faculdade de Etnodiversidade há os cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura em Etnodesenvolvimento, com oferta de vagas anual e bianual, respectivamente. Cada um desses cursos possui uma coordenação própria. A Faculdade de Etnodiversidade possuía

uma direção e uma vice-direção. Tanto as coordenações de curso quanto a direção de Faculdade são funções ocupadas por docentes efetivos vinculados a Faculdade e a seus respectivos cursos. Para este curso haverá alocação de um docente para assumir a coordenação (escolhido entre os professores efetivos vinculados a Faculdade e ao curso). Reiteramos que no regimento da instituição não há a figura do vice coordenador de curso de graduação (apenas vice diretor de Faculdade, pois parte-se do pressuposto de que cada faculdade possui apenas um curso - o que não é o caso da Faculdade de Etnodiversidade). No entanto, esta chamada possibilita a alocação de um coordenador específico para tratar das demandas oriundas das atividades quando do seu funcionamento. Esse coordenador será escolhido entre os docentes efetivos da instituição, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

A Coordenação do curso conta com o suporte do Colegiado de curso, composto por todos os docentes do curso, além dos representantes discentes e técnicos administrativos que reúne-se com periodicidade, registrando as decisões em atas, com vistas a melhoria do funcionamento do curso. O Núcleo Docente Estruturante (NDE), por sua vez, é constituído apenas pelos docentes efetivos, reunindo-se no mínimo uma vez ao semestre com registro das decisões em atas, com vistas a melhoria do funcionamento do curso, sendo presidido pelo coordenador do curso, conforme recomenda a legislação vigente.

Serão desenvolvidas reuniões administrativas e acadêmicas ao logo do curso, entretanto, destaca-se que o planejamento é realizado coletivamente no início de cada período letivo, com o objetivo de integrar as ações e o desenvolvimento das atividades, esse processo é coordenado e acompanhado pelo coordenador do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante-NDE

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação acadêmica levará em consideração as Normas do Sistema Acadêmico vigente na UFPA, com o envolvimento de professores e alunos. De acordo com as Normas Acadêmicas, o aluno será considerado aprovado se apresentar frequência de 75% nas atividades acadêmicas e desempenho mínimo exigido na legislação em vigor da UFPA. Serão elementos básicos para a avaliação do graduando:

a) A avaliação deve ocorrer de maneira contínua e progressiva, abrangendo todos os momentos do curso;

b) A avaliação deve abranger os múltiplos aspectos de aprendizagem e, indo além da aferição de conhecimento, considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o trabalho, entre outros pontos. A sistemática da avaliação seguirá os seguintes passos:

1. A avaliação será diagnóstica, formativa, permanente, contínua e cumulativa, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, obedecendo à ordenação e a seqüência de ensino bem como a orientação do currículo;

2. Como forma de avaliação serão utilizados instrumentos: tais como seminários, pesquisas, produção escrita, provas, experimentos, entre outros que forem elegidos para compor o processo avaliativo, tais instrumentos deverão possibilitar o acompanhamento e avaliação específica das aquisições dos conhecimentos e competências;

3. Caberá ao corpo de professores estabelecerem normas e diretrizes em relação aos instrumentos a serem utilizados no processo de avaliação;

4. Serão considerados itens importantes para a avaliação, o interesse e a participação dos acadêmicos nos trabalhos de campo e práticas de laboratórios;

5. Os resultados das avaliações serão expressos através de conceitos que estão organizados em uma escala de notas de 0 (zero) a 10 (dez) conforme previsto no Regimento Institucional;

6. Para aprovação no curso, o acadêmico deverá participar obrigatoriamente das atividades e cumprir no mínimo, 75% de frequência;

7. Os resultados a cada final de bimestre estarão à disposição dos alunos na Secretaria Acadêmica do Campus.

Compreendendo que avaliação não se constitui em uma via de mão única, mas se configura em um momento de produção do conhecimento, a avaliação docente se faz fundamental para que possamos repensar o processo metodológico do curso assim como os instrumentos de avaliação e acompanhamento do mesmo. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo preocupado em garantir a qualidade acadêmica na docência, na pesquisa e na extensão, em consonância com o Programa de Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação, coordenado pela PROEG/UFPA - AVALIA, visa acompanhar e avaliar de forma contínua o Curso no decorrer de seu processo de execução, para isso propõe a criação de um Comitê Pedagógico composto por discentes, Núcleo Docente Estruturante e equipe pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo; representantes de movimentos sociais e sindicais e da Secretaria de Educação e Agricultura de Abaetetuba; dos professores, estudantes das escolas do campo. Por isso ao longo das atividades faremos coletivamente avaliação docente e no final de cada etapa promoveremos um seminário de avaliação envolvendo professores, alunos e a equipe pedagógica entre outros, com a intenção de discutir os caminhos percorridos na etapa, redimensionar a proposta e avaliar os resultados obtidos, somando-se a essa o Sistema de avaliação on line AVALIA, acompanhado pela PROEG.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Núcleo Docente Estruturante-NDE, designado por portaria específica, será responsável pelo acompanhamento da avaliação global do curso e se constituirá em uma atividade permanente, contínua, sistemática e dialógica. A avaliação das atividades didático-pedagógicas será realizada ao término de cada período letivo e o respectivo planejamento a cada início de período letivo, envolvendo principalmente os docentes, discentes e coordenadores envolvidos nas atividades acadêmicas previstas no projeto pedagógico de curso. No processo de desenvolvimento das atividades curriculares propostas teremos ao fim de cada período letivo um processo de avaliação da condução metodológica do curso. Serão aplicados questionários para os professores e alunos envolvidos nas atividades curriculares de cada período letivo.

Haverá ainda uma Comissão de Acompanhamento dos Egressos, formada por docentes do Núcleo Docente Estruturante, técnicos e representantes discentes. Essa comissão fará anualmente, levantamento de informações junto ao egressos a partir de critérios e recursos

previamente discutidos pela comunidade acadêmica, considerando os seguintes aspectos: a) o contexto do curso (campo de trabalho, perfil do ingressante); b) finalidade do curso - alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso; c) aspectos técnico-administrativos e acadêmicos; qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativos; e) instalações físicas; f) impacto social do curso na qualificação e profissionalização dos egressos na região e abrangência do curso.

Os dados coletados junto aos mesmos serão sistematizados para serem apresentados nos seminários integradores em que participaram professores, alunos, técnicos-administrativos e os representantes dos movimentos sociais. O objetivo dessa avaliação é identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis que poderá auxiliar na consolidação dos pontos fortes e em soluções que minimizem ou eliminem os pontos fracos em curto, médio e longo prazo. A avaliação da relação entre o Projeto Pedagógico e a organização dos componentes curriculares deverá acompanhar as diretrizes curriculares estabelecidas para as licenciaturas pelos órgãos competentes. Atendendo às disposições legais, essa relação deverá adequar-se às especificidades do curso e indicar, quando necessário, a reformulação curricular, tendo em vista as competências a serem desenvolvidas pelos alunos.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Ana Paula dos Santos Souza	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva
Cláudia Cristiana Cassol	Doutor	Química. Área de química inorgânica, química orgânica, química analítica, físico-química, química am	Dedicação Exclusiva
Deusa Maria de Sousa	Doutor	História	Dedicação Exclusiva
Edfranklin Moreira da Silva	Mestre	Agroecologia e Educação do Campo	Dedicação Exclusiva
Felipe Bittioli Rodrigues Gomes	Doutor	Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva
Hellen do Socorro de Araújo Silva	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Jacqueline Cunha da Serra Freire	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
José Francisco da Silva Costa	Doutor	Física	Dedicação Exclusiva
Lincoln Silva Carneiro	Doutor	Hereditariedade, Ética e melhoramento Genético, Ecologia Geral aplicada à Educação do Campo e Microb	Dedicação Exclusiva
Marcio Rogerio da Silva	Doutor	Química	Dedicação Exclusiva
MARCOS MARQUES FORMIGOSA	Doutor	Ensino de Matemática	Dedicação Exclusiva
Maria do Socorro Dias Pinheiro	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Oscar Ferreira Barros	Doutor	Educação do Campo, Currículo, Didática, Movimentos Sociais, Educação Popular, Escola do Campo, Mudan	Dedicação Exclusiva
Raquel da Silva Lopes	Doutor	Linguística	Dedicação Exclusiva
Ricardo Eduardo de Freitas Maia	Doutor	Ciências Agrárias e Agroecologia	Dedicação Exclusiva
Roberta Rowsy Amorim de Castro	Doutor	Ciências Agrárias e Agroecologia	Dedicação Exclusiva
Ronaldo Henrique Santana	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Ronaldo Lopes de Sousa	Doutor	Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva
Sullivan Ferreira de Souza	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Waldma Maira Menezes de Oliveira	Doutor	Educação especial no campo, libras, surdez e educação popular	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

Maurico de Oliveira Teixeira

Larissa Moura de Olivera Becker

João Miranda

Idalina Caldas

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Salas padrão	Sala	40	Aula	3
Secretaria da Faculdade de Etnodiversidade	Secretaria	10	Administrativa	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Salas padrão	mesa	Cedido	1	Mesa para professores
Secretaria da Faculdade de Etnodiversidade	mesa	Cedido	2	Para técnicos administrativos

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRASIL, MEC, Plano Nacional de Educação, Janeiro de 2001.
- , Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.
- , Secretaria de Educação a Distância, Salto para o futuro, Educação de jovens e adultos, 1999.
- DEMO, Pedro. Saber pensar. 2 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
- . Educar pela pesquisa. 8 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia ? O Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. Professora sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Loyola, 1993.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e prática, São Paulo, Cortez, 2001.
- GIUBILEI, Sonia. Trabalhando com Adultos, Formando Professores. Tese de Doutorado, Unicamp, 1993.
- HADDAD, Sérgio. A Educação de Pessoas Jovens e Adultas e a Nova LDB, in Brzezinski, Iria (org). LDB Interpretada ? Diversos Olhares se cruzam, SP, Cortez, 2000.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, Revista Brasileira de Educação, n. 2, set-dez, ANPED, 1999.
- PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini de. Metodologia de pesquisa: Abordagem teórico - prático. 6ª edição. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000. (Coleção magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- PAIVA, Jane et al, Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, Brasília, UNESCO/MEC, 2004.
- TORRES, Rosa Maria. Educação para todos: a tarefa por fazer. Trad. Daisy Moraes. Porto

Alegre: Artmed Editora, 2001.